

AULAS E PROVAS DE ARITMÉTICA: registros em um caderno de normalista do Distrito Federal, 1962.

Bruna Lima Ramos Giusti¹

RESUMO

Este trabalho integra-se a resultados parciais da pesquisa de doutoramento da respectiva autora, que visa analisar cadernos escolares de normalistas entre 1930 e 1970. A partir de consultas feitas no Repositório de Conteúdo Digital da História da Educação Matemática, teve-se acesso aos cadernos de Maria Coeli de Almeida Vasconcelos, aluna da Escola Normal de Brasília, Distrito Federal. Um deles chamou atenção, pois continha nos planos de aula algumas provas que foram preparadas para os alunos de uma turma do 1º ano do curso primário. Neste trabalho discute-se como esse caderno pode ser considerado um produto da cultura escolar, e põe-se em questão se ele é ou não um dispositivo sem autor (CHARTIER, 2002). Além do planejamento para aulas de Aritmética, tem-se matérias como Linguagem, Leitura, Ditado, Ciências Sociais etc. A partir do caderno dessa normalista, procurou-se centrar nas aulas e provas com aritmética para analisar como ela conduzia as propostas do ensino primário nesse período.

Palavras-chave: Cadernos escolares. Provas escolares. Ensino primário. Saber profissional.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem por objetivo apresentar resultados parciais da pesquisa de doutoramento da respectiva autora, que se vincula ao novo projeto do Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática do Brasil – GHEMAT, intitulado “A Matemática na Formação de Professores e no Ensino: processos e dinâmicas de produção de um saber profissional, 1890-1990”², o qual tem como foco o saber profissional do professor que ensina matemática, em diversos aspectos da formação de professores.

¹ **Doutoranda** da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Campus Guarulhos.
E-mail: bruna_lramos@hotmail.com.

² Projeto de pesquisa aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), referenciado como Valente *et al* (2017).

Mais precisamente, a pesquisa associa-se a um eixo³ que se preocupa com uma das dimensões da prática pedagógica: a *matemática ensinada* nos primeiros anos escolares (VALENTE *et al*, 2017). Entende-se por matemática ensinada aquela “objetivada nos registros dos documentos escolares”, ou seja, uma matemática “que resulta das relações estabelecidas no ambiente escolar e que ganha visibilidade por meio desses registros” (VALENTE *et al*, 2017, p. 40). As fontes documentais privilegiadas para esse eixo são aquelas resultantes da especificidade do meio escolar, como os cadernos, diários, provas e exames. Esse eixo também se preocupa com o “professor que ensina matemática”, nesse caso, tem-se aquele professor polivalente dos anos iniciais: o normalista⁴.

Sendo então um subprojeto, a pesquisa de doutorado visa estudar o saber profissional do professor que ensina matemática por meio da análise de cadernos dos professores em formação, ou seja, de normalistas entre as décadas de 1930 e 1970. Optou-se por estabelecer esse marco temporal devido a instauração dos Institutos de Educação no Brasil, em 1930, e porque em 1971 há a extinção das Escolas Normais brasileiras, passando a existir a habilitação específica de Magistério, de acordo com a Lei 5.692/71 (BRASIL, 1971).

Acredita-se que os cadernos sejam documentos férteis⁵, ou seja, por meio deles pode-se obter reflexões sobre a matemática escolar da época e a formação dos professores que ensinavam matemática nos anos iniciais. Formulou-se, então, uma interrogação norteadora a partir de elementos já sistematizados e categorizados em outros estudos⁶, para desencadear a pesquisa de doutorado: *Que matemática estava presente nos cursos de formação de professores, mais especificamente, que aritmética emerge a partir da análise dos cadernos de professores em formação?*

Para tentar elaborar considerações que respondam essas questões de pesquisa, esse texto traz análises iniciais de um caderno de Plano de Aulas uma aluna da Escola Normal, no qual tinha cópia das provas a serem feitas pelos alunos do 1º ano do curso primário.

³ O Projeto possui quatro eixos temáticos, entre eles o que esta pesquisa está vinculada: “Professores que ensinam matemática e a matemática ensinada”. Ver Valente *et al* (2017).

⁴ Nesse trabalho, *normalista* seria aquele que frequenta ou frequentou como aluno o curso da Escola Normal, e pode estar ou não lecionando nos anos iniciais, sendo então, um professor dos anos iniciais.

⁵ Conclusão tomada a partir dos trabalhos sobre cadernos reunidos em Mignot (2008).

⁶ Ver Valente *et al* (2017).

CADERNOS: um produto da cultura escolar

Segundo Anne-Marie Chartier (2002), um dispositivo escolar difere-se das práticas pedagógicas adotadas por professores. O dispositivo não possui autor. Um exemplo é escrever a data do dia em um canto, no alto do quadro. Esse costume é uma rotina escolar, adotada pelos professores e pelos alunos. Não é uma prática pedagógica, que pode ser questionada, é algo que já está enraizado no dia-a-dia do ambiente escolar. Não há conhecimento de quem iniciou essas etapas nas escolas e com isso pode-se afirmar: os cadernos estão presentes nas escolas sem serem questionados.

Ao realizar o inventário dos cadernos disponibilizados no Repositório de Conteúdo Digital⁷, pode-se separá-los nas seguintes categorias: Primário; Secundário/técnico; Superior; Normalistas e Professor. Assim, quando Chartier (2002) promove o discurso que um dispositivo escolar não tem autor e que os cadernos podem se encaixar nesse grupo, entende-se que isso vale para os cadernos de alunos, tanto de primário, secundário, técnico e superior. Isto porque o aluno está em uma classe como tantos outros estudantes, se todos copiarem o que for passado e fizerem o que for dito, os cadernos desse grupo de alunos deverão estar iguais, a não ser por um erro ou outro de conteúdo, ou pela letra, entre outros detalhes.

Ao se tratar de cadernos de professores em sala de aula, surge a dúvida: esses cadernos de professores são ou não um dispositivo sem autor? Movidos pelos movimentos de vagas pedagógicas e pelos relatos de experiências feitos na pesquisa de Chartier (2002)⁸, acredita-se que os cadernos de professores de classe não devem ser considerados “sem autor”, pois apesar das leis que os regem, cada professor pode ter a sua interpretação sobre a marcha pedagógica em vigor, transformando seus cadernos e registros em únicos. Porém, quanto aos cadernos de normalistas, que são ao mesmo tempo *alunos e professores em formação*, ainda hesita-se dizer qual lado adotar.

⁷ Esse Repositório está sediado na Universidade Federal de Santa Catarina, inserido na sub-comunidade História da Educação Matemática. “Trata-se de um repositório virtual, aberto e institucionalizado, especificamente para armazenar fontes diversas, ensaios e pesquisas voltadas para a História da Educação Matemática” (COSTA E VALENTE, 2015, p. 101). Chamado neste trabalho apenas de *Repositório*, pode ser acessado pelo endereço: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769>>.

⁸ Anne-Marie Chartier (2002) traz um Estudo de Caso feito com crianças francesas do ensino primário: resumidamente, cada dia uma criança escreve em um caderno a rotina escolar, denominado “caderno de rodízio”, como se fosse seu próprio caderno. Ao fim de uma semana, esse caderno está igual aos cadernos das outras crianças da classe. Conclui-se, então, que o caderno escolar pode ser considerado um dispositivo sem autor.

Para essa análise e na pesquisa de doutorado, toma-se o caderno como um *produto da cultura escolar*, pois, segundo definição de Julia (2001) é:

[...] um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores (JULIA, 2001, p. 10, *grifos do autor*).

Comparando com os cadernos, tem-se que essas *normas* definiram qual *matemática para ensinar* e qual *matemática a ensinar* esteve presente nas escolas nos últimos anos, e a partir das práticas – que dependiam das finalidades da escola de cada época – construiu-se uma cultura escolar, incontestável; pois estava presente no dia-a-dia, na rotina das escolas e no corpo docente e agentes escolares. Com isso, a presença dos cadernos se tornou também inquestionável, presentes até os dias do hoje, considerados um produto dessa cultura escolar que perdura por décadas.

Tomada pela teoria da História Cultural e por uma nova base teórica suíça⁹ que se aproxima dos *saberes a ensinar* e dos *saberes para ensinar*, a pesquisa de doutorado se interessa pelo *saber docente*, e assim, por meio de apropriações desse referencial, caracterizou-se o que pode ser entendido por *matemática a ensinar* e *matemática para ensinar* (HOFSTETTER, VALENTE, 2017). Segundo Valente (2016, p. 11) a *matemática a ensinar* se liga ao ensino e pode ser “vista como um objeto de ensino”, já a *matemática para ensinar* liga-se à formação e pode ser “considerada uma ferramenta para o ensino”.

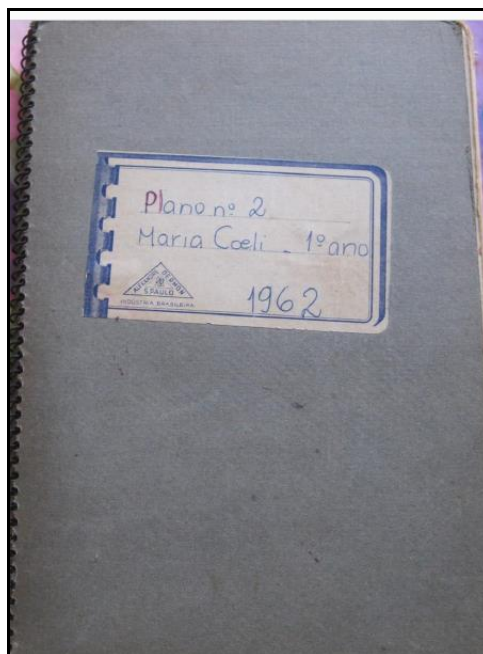
Para esse trabalho, o foco concentra-se no saber docente do professor que ensina matemática nos anos iniciais, promovendo uma discussão na análise nas aulas de aritmética presentes no caderno escolhido: uma normalista que atua no ensino primário em uma classe de primeiro ano.

⁹ Esses referenciais vêm sendo sistematizados pela ERHISE, grupo de pesquisa suíço, que se integra à *Université de Genève*, coordenado por Rita Hofstetter e Bernard Schneuwly.

BREVE ANÁLISE DO CADERNO COM REGISTRO DE PROVAS

Para esse trabalho, analisou-se um caderno com provas preparadas para o primeiro ano do ensino primário, de uma aluna/professora em formação do Colégio de Aplicação¹⁰ de Brasília. As provas estavam coladas ao caderno, sem resolução, aparentemente seria a cópia da autora do caderno – Maria Coeli de Almeida Vasconcelos¹¹. Este caderno, disponibilizado no Repositório, é do tipo espiral, com capa cinza e possui sessenta e nove páginas, todas preenchidas. No Repositório, esse documento possui 95 páginas, pois as provinhas foram digitalizadas à parte.

Figura 1 – Caderno de Plano de Aula (1962)



Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/166686>

¹⁰ No próprio caderno, há referência para “Colégio de Aplicação” e “Escola de Aplicação”, representando o mesmo local.

¹¹ Ela casou-se em 1967 com Paulo Dionísio Vasconcelos, adotando então seu sobrenome. Seu nome de solteira na época que cursava a Escola Normal, em 1962, era apenas Maria Coeli de Almeida. Fonte: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2009/12/05/interna_cidadesdf,159079/index.shtml, acesso em: 2 nov. 2017. Ela foi uma normalista formada na primeira turma do Centro de Educação Média, de Brasília – informação retirada da tese de doutorado de Maria Paula Vasconcelos Taunay (2015, p. 28), primeira filha da normalista Maria Coeli de Almeida Vasconcelos, disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19142/3/2015_MariaPaulaVasconcelosTaunay.pdf>, acesso em 12 fev. 2018.

Este caderno de Vasconcelos (1962) era de Plano de Aulas, para uma turma de 1º ano do curso primário, do Distrito Federal. Como a cidade era recém-inaugurada¹², havia apenas uma Escola de Aplicação de Brasília e os escritos do caderno da normalista fazem menção a essa escola.

[...] a Escola de Aplicação do Curso Normal funcionava como uma escola de demonstração onde as normalistas faziam observação, participação e regência de forma sistemática por meio de aulas experimentais e aulas demonstrativas. As professoras que lecionavam as disciplinas de didática no Curso Normal levavam suas turmas para observação e participação das aulas, e as professoras/orientadoras da Escola de Aplicação eram responsáveis por levar as normalistas para regência com aulas demonstrativas. Inicialmente, cabia às professoras de didática do Curso Normal ministrar aula da sua disciplina e, ao mesmo tempo, serem orientadoras na Escola de Aplicação (CARVALHO, 2017, p. 146-147).

As anotações começam em 30 de abril de 1962 e seguem até o final do mês de agosto de 1962. As aulas perpassam pelos títulos de Linguagem, Leitura, Ditado, Aritmética, Problemas Orais, Correção de exercícios, Historinhas, Exercícios de cópias e Desenhos, Ciências Sociais e Religião; no caderno aparece também os horários estipulados da ida à biblioteca e da aula de artes. Neste caderno, a normalista Maria Coeli planejou as aulas para os meses de maio, junho e agosto. Em certas aulas, algumas professorandas são as responsáveis pela aula do dia, normalmente em duplas, em quais Maria Coeli faz anotações e comentários positivos e negativos sobre elas e suas atuações.

Ao todo, o caderno possui 35 aulas planejadas, entretanto, para esse estudo, procurou-se observar apenas os dias em que tivesse aulas de aritmética, conforme quadro elaborado a seguir:

Quadro 1 – Aulas de aritmética no Plano de Aula de Vasconcelos (1962)

Data	Sequência	Conteúdo
20 de maio	1ª aula	Agrupamento, completar numeração de 1 a 5, problemas orais
22 de maio	2ª aula	Exercícios do plano anterior, noção de dezena
23 de maio	3ª aula	Completar sequência de 1 a 10, exercícios variados de aritmética, recordação do agrupamento 6
26 de maio	Prova	Aplicação de provinha do mês de maio, com aritmética
28 de maio	4ª aula	Escrever de 1 a 50, problemas orais
29 de maio	5ª aula	Aula de outras professorandas. Fixar o agrupamento de 7, apresentar o agrupamento de 8, exercícios de agrupamento
30 de maio	6ª aula	Unidade
1 de junho	7ª aula	Exercícios sobre unidade

¹² Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1961, instalando o novo Distrito Federal e a nova capital do país.

XVI Seminário Temático

Provas e Exames e a escrita da história da educação matemática

Boa Vista – Roraima, 11 de abril a 13 de abril de 2018

Universidade Federal de Roraima

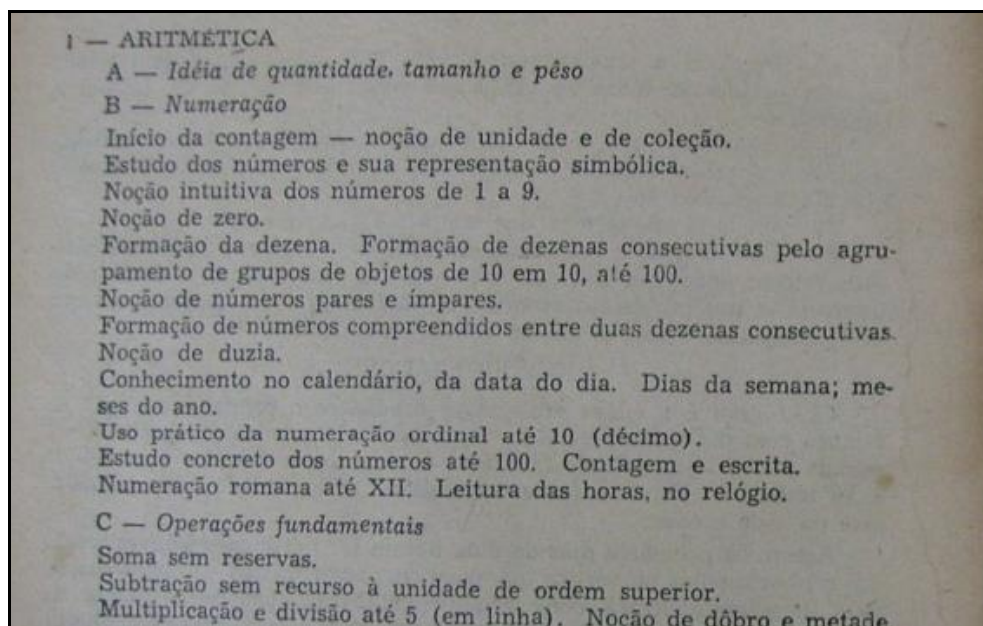
ISSN: 2357-9889

2 de junho	8ª aula	Problemas orais, agrupar o 9, armar com desenhos todas as contas
4 de junho	9ª aula	Aula de outras professorandas. Conceitos de 10 unidades, a noção da dezena, fixar unidade. Prova com aritmética
5 de junho	10ª aula	Exercícios com desenhos representando dezena, problemas orais
6 de junho	11ª aula	Exercícios de dezena, problemas orais, completar sequência até 20
7 de junho	12ª aula	Aula de Leitura dada por outras professorandas. Problemas orais, completar sequência até 10.
11 de junho	13ª aula	Exercícios para completar com desenhos até formar uma dezena, problemas orais sobre dezena
12 de junho	14ª aula	Números vizinhos, numerar bolinhas
13 de junho	15ª aula	Aula de outras professorandas. Fixação de números vizinhos
14 de junho	16ª aula	Subtração
18 de junho	17ª aula	Contínhas de menos com diminuindo até 5
19 de junho	18ª aula	Unidades, dezenas, problemas orais, escrever do 1 ao 20 em ordem crescente e depois decrescente, contas com zero para recordar a ausência, contas de subtrair com jogo
20 de junho	19ª aula	Aula de recordação de toda matéria do semestre (sem especificar)
22 de junho	20ª aula	Aula de recordação de toda matéria do semestre (sem especificar)
23 de junho	21ª aula	Prova de linguagem, aritmética e estudos sociais
26 de junho	22ª aula	Escrever de 20 a 40, soma de dezena com unidades, problemas orais
10 de agosto	23ª aula	Escrever de 1 a 100
14 de agosto	24ª aula	Problemas orais (indicação de uma página, mas sem citar o livro)
16 de agosto	25ª aula	Pares e ímpares até 9, contar de 2 em 2, problemas com par/ímpar
20 de agosto	26ª aula	Problemas com par/ímpar

Fonte: Produzido pela autora a partir de Vasconcelos (1962)

Como contou-se somente as aulas que tinham a matéria de aritmética, de 35 aulas do caderno, 26 tinham conteúdos relacionados com matemática, envolvendo aritmética. Ao todo, foram três provas (26 de maio, 4 de junho e 23 de junho) que incluíram o conteúdo de aritmética, junto de outra matéria (linguagem, ditado etc). A partir do quadro acima pode-se verificar que o conteúdo administrado ao primeiro ano do curso primário baseou-se no programa de Aritmética transcrito pela normalista Vasconcelos em seu caderno: *Ordem decrescente; Noção de falta, noção do zero; Noção objetiva de metade da unidade (usando frutas); Noção objetiva da metade da coleção; Metade de dezena; Subtração; Noção de par* (1962, p. 92). Como não foi encontrado nenhum programa do ensino primário de Brasília para o ano de 1962, percebeu-se uma semelhança com o conteúdo proposto pela normalista com o programa que regia na época em São Paulo:

Figura 2 – Programa do Ensino Primário Fundamental, SP – 1º ano (1949)

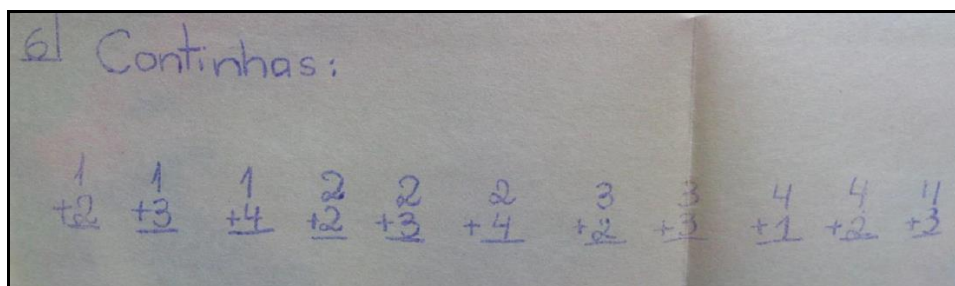


Fonte: São Paulo (1949)

Como Brasília era uma cidade nova e as alunas que estavam no curso Normal tinham vindo de outros estados brasileiros (Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo etc), tomou-se para a análise o programa que mais se assemelhava ao que Vasconcelos descreveu para o ensino primário, que estava em vigor em São Paulo no ano de 1962. De acordo com o programa de São Paulo (1949), a normalista segue as orientações dadas, por exemplo, no programa aparece para “contar as bolas desenhadas” (1949, p. 63) ou então “escrever nas linhas pontilhadas, os números que faltam. Ex. 1 2 3 . . . 5 . . . 7 . . . 9” (1949, p. 77). Ambos exemplos aparecem no caderno da normalista, e conseqüentemente, aparecem nas provinhas preparadas para os alunos.

Outro fato que se percebe e que se assemelha ao programa de São Paulo (1949), é a forma de ensinar a adição e a subtração, que são diferentes. Para a adição, o programa primeiro indica a “mudança da disposição das parcelas da posição horizontal para a de coluna”, o que se conhece por “armar a conta”. Depois, indica “exercícios sistematizados de pequenas somas de dois ou mais dígitos, cujo total não passe de 9”, isso quer dizer, que sugere começar com números pequenos e sequenciais até o 9, como: $1 + 2$, $1 + 3$, etc. A seguir tem-se a recomendação: “O professor deverá aproveitar a ocasião para fazer todas as combinações possíveis” (São Paulo, 1949, p. 78). E isto é possível ver no caderno da normalista, na primeira provinha aplicada:

Figura 3 – Continhas de adição (Prova de 26 de maio)

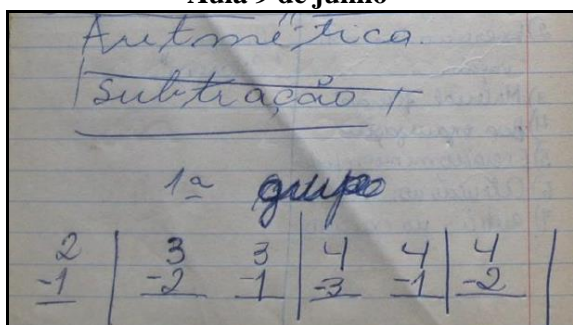


Fonte: Vasconcelos (1962, p. 19)

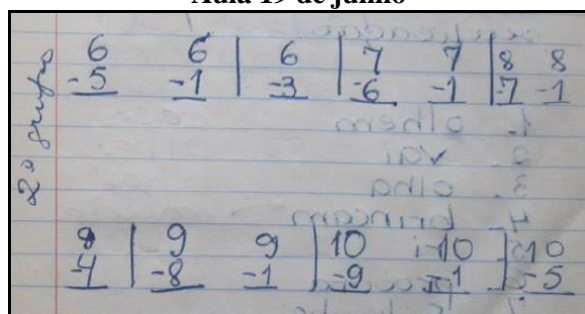
Pela provinha (figura 3), é possível notar que para a adição não importa se o número que irá somar é maior ou menor que o anterior, mas percebe-se que há uma sequência, a soma dos números 2, 3 e 4 com o número 1. Depois 2, 3 e 4 com o número 3, e dos números 1, 2 e 3 com o número 4. Essa forma de somar é diferente da forma que se apresenta o ensino da subtração, tanto no programa, quanto no caderno da normalista, conforme figura 4.

Figura 4 – Aulas de subtração

Aula 9 de junho



Aula 19 de junho



Fonte: Vasconcelos (1962)

Observando as imagens acima, percebe-se que a normalista dividiu em dois grupos a subtração: de 1 a 5 (na imagem só aparece do número dois ao quatro) e de 6 a 10; ambos os grupos têm subtração com o número de cima maior que o de baixo. No programa não diz especificamente que se deve somar um número menor ao número maior, mas no ensino de subtração há a mesma recomendação que na adição: “O professor deverá aproveitar a ocasião para fazer todas as combinações possíveis” (São Paulo, 1949, p. 79). Para o ensino de subtração a professora não utiliza todas as combinações possíveis como sugerido, e

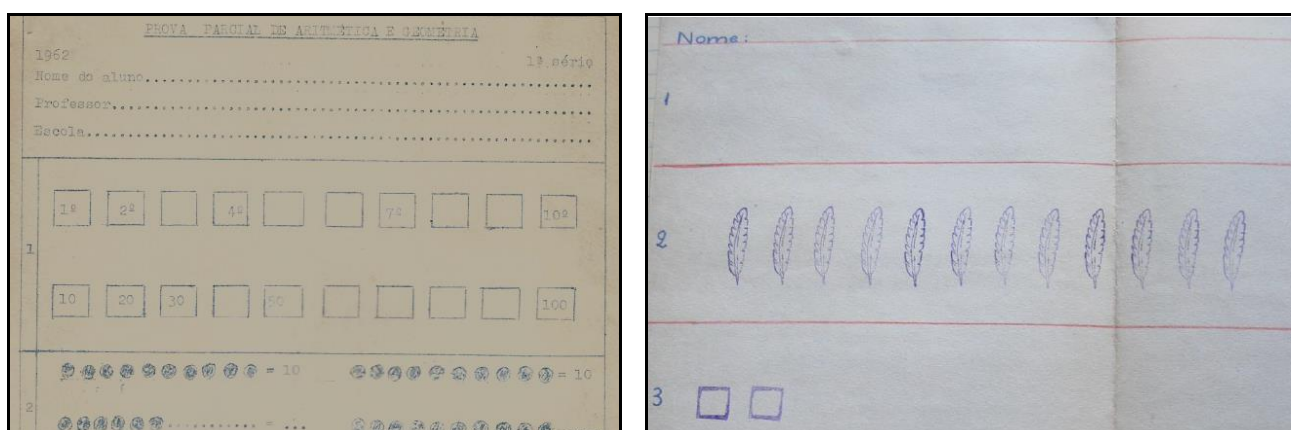
todos os exemplos apresentados, tanto no programa, como no caderno da normalista, são feitos dessa forma: um número maior *menos* um número menor.

* * *

Em busca de algum documento que desse suporte à normalista de Brasília, na década de 1960, encontrou-se no Repositório um documento intitulado “Instrução para aplicação, correção e valorização e prova parcial de Aritmética e Geometria da 1ª Série”, datado de 1962, de Brasília. Utilizou-se esse documento para verificar se as recomendações sugeridas tinham sido acatadas pela normalista, que atuava no mesmo ano em uma classe de primeiro ano. Nesta instrução, a professora deveria verificar se todos os alunos possuíam lápis para fazer a prova, depois disso ela lia a primeira questão e aguardava todos os alunos responderem. Após todos sinalizarem que haviam terminado, ela seguia para a próxima questão, e continuava assim até o fim da prova.

Esse documento possui dez questões escritas para que o professor se oriente e leia aos alunos, ao final possui um exemplo de prova para aplicar aos alunos, porém essa prova não tem enunciado nas questões. Comparou-se então com as provinhas preparadas pela normalista, e percebeu-se que nelas havia apenas os espaços para as respostas e as questões também não tinham enunciado.

Figura 5 – Comparação Modelo de prova parcial vs. Prova preparada pela normalista



Fontes: Distrito Federal (1962) e Vasconcelos (1962)

A figura da esquerda é o exemplo de prova da Instrução do Distrito Federal (1962), e a figura da direita é uma prova feita pela normalista Maria Coeli. Em outras provas preparadas pela normalista, tem-se a configuração parecida com da primeira questão da Instrução (fig. esquerda). Esses exercícios pediam que o aluno completasse com o número

que faltava, de acordo com a sequência apresentada. Já as questões de número dois de ambas as provas da figura 5 parecem solicitar o mesmo tipo de resposta: contar o número de objetos (bolinhas, penas, quadrados) e escrever ao lado o total. Isto também era uma orientação do programa de São Paulo (1949).

As demais provas preparadas pela normalista, coladas ao caderno, possuem o mesmo formato: indicação das questões sem enunciado e espaço para resolvê-las. Em algumas delas pode-se ver alguns comentários da professora, como se fossem o “enunciado”; ao que tudo indica, essas anotações eram apenas para que ela lesse aos seus alunos, ou explicasse o que eles deveriam fazer naquela questão.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AULAS E PROVAS DE ARITMÉTICA

Ao analisar as aulas de aritmética do caderno de Plano de Aulas da normalista Vasconcelos (1962) pode-se perceber que para os três meses de planejamento, ela se baseou no programa de São Paulo (1949). A primeira aula de aritmética ocorre no dia 20 de maio, com o conteúdo de agrupar desenhos, continuar a sequência entre 1 e 5 e problemas orais de adição ($3 + 2$). E assim, seguem-se os conteúdos de aritmética até o final do mês de agosto: Agrupamento até o número 9, escrever os números de 1 ao 100, unidade, dezena, números vizinhos e sequência, adição, subtração, noção do zero, números pares e ímpares. Todas as aulas de aritmética possuem ao final “problemas orais”, para fixação de conteúdo. Esses conteúdos estavam indicados no programa de ensino para o 1º ano do estado de São Paulo de 1949. Como os professores e normalistas vinham de várias regiões do país, acredita-se que esse programa foi empregado por um tempo no Brasília.

Junto desse caderno e desse programa percebeu-se que não havia diferença para a normalista ensinar para a criança a somar $1 + 4$ ou $4 + 1$. Aparentemente, a dificuldade para a criança seria a mesma. Porém, no programa de São Paulo (1949) indicava para fazer todas as combinações possíveis no conteúdo de adição e de subtração, e essas combinações só apareceram no conteúdo de adição, conforme o caderno de Vasconcelos (1962).

Nesses três meses de aula (maio, junho e agosto), os alunos tiveram três provas de aritmética do mesmo estilo: questões sem enunciado, de completar, de desenhar ou de

sublinhar/riscar. Antes de cada prova, as aulas eram sempre regadas de bastante revisão, com exercícios bem parecidos com aqueles da prova. As provas misturam os conteúdos de aritmética com os de linguagem, ditado, ciências naturais e sociais, isto quer dizer, as provas não eram exclusivamente de aritmética.

A partir de Vasconcelos (1962), foi possível perceber que as instruções dadas aos professores primários estavam sendo cumpridas, de acordo com as Instruções do Distrito Federal (1962) e o Programa de Ensino de São Paulo (1949). Como a normalista Maria Coeli era aluna do Curso Normal nesse ano, considera-se que ela atuava como professora no Colégio de Aplicação, como se fosse um “estágio”; ou seja, ela cumpria seu papel de professora-orientadora (CARVALHO, 2017), pois recebia outras professorandas do Curso Normal em sua sala de aula para aulas demonstrativas e de experimentação. No Repositório pode-se encontrar outros cadernos dessa normalista, mas não é possível afirmar se ela era a professora exclusiva dessa turma de 1º ano, ou se ela continuou a lecionar nessa turma na Escola de Aplicação após o mês de agosto de 1962.

Assim, após analisar o caderno de normalista, ao mesmo tempo *aluno e professor em formação*; conclui-se que apesar dos normalistas serem regidos sob orientações das normas oficiais, tendo o planejamento baseado no plano de ensino em vigor, cada caderno de normalista é único. Por isso que, ao adotar um normalista como um *professor em formação*, não é possível desvinculá-lo da *docência*. Ou seja, seus cadernos não são sem autoria. São únicos. Tem a marca de cada professor. São dispositivos pedagógicos, e não dispositivos sem autor, como Chartier (2002) concluiu sobre os cadernos de alunos.

Essas conclusões levam a crer que há um saber profissional do professor que ensina matemática nos anos iniciais. Quais saberes docentes aquele professor polivalente carrega consigo? Qual saber aritmético pode-se perceber a partir da análise em cadernos de professores em formação? Esse texto é um pontapé inicial para responder tais questões. Para discorrer sobre “*que matemática estava presente nos cursos de formação de professores*”, questão norteadora da tese de doutorado, é necessário ir mais afundo sobre o curso de formação de normalistas. E para isso a análise em cadernos de normalistas é de suma importância para tal compreensão, como foi feito inicialmente neste trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**: Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 11 ago. 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

CARVALHO, Rosália Policarpo Fagundes de. **A aritmética no ensino primário de Brasília: 1957-1970**. São Paulo, 2017. 225 p. Tese (doutorado) – Universidade Anhanguera de São Paulo, 2017.

CHARTIER, Anne-Marie. Um Dispositivo sem Autor: cadernos e fichários na escola primária. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 2, n. 3, p.9-26, jan./jun. 2002. Trimestral. Tradução: Marta Maria Chagas de Carvalho e Valdeniza Maria da Barra.

COSTA, David Antonio da.; VALENTE, Wagner Rodrigues. O repositório de conteúdo digital nas pesquisas de história da educação matemática. **RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, v. 1, p. 96, 2016.

DISTRITO FEDERAL. **Instrução para aplicação, correção e valorização e prova parcial de Aritmética e Geometria da 1ª Série**. Fundação Educacional do Distrito Federal – Departamento de Ensino Elementar. Distrito Federal, 1962. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/174084>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação. Tradução Gizele de Souza. Campinas, n. 1, p.9-43, jan./abr. 2001.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. (Org.) **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. 270p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Ato nº 17 de 23 de fevereiro de 1949. **Programa para o ensino primário fundamental: 1º ano**. Rio de Janeiro: Francisco Alves; São Paulo: Ed. Paulo de Azevedo, 1949. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99656>>. Acesso em 18 jan. 2018.

VALENTE, Wagner Rodrigues. Relações entre a formação e a docência em Matemática: Perspectivas de análise com o uso de cadernos escolares. **REMATEC**, Natal, ano 11, n. 23, set./dez., p. 6-19. 2016.

VALENTE, Wagner Rodrigues *et al.* **A Matemática na Formação de Professores e no Ensino: processos e dinâmicas de produção de um saber profissional, 1890-1990**. Projeto de Pesquisa. São Paulo: FAPESP, 2017. Disponível em: <<http://bv.fapesp.br/pt/auxilios/98879/a-matematica-na-formacao-de-professores-e-no-ensino-processos-e-dinamicas-de-producao-de-um-saber-p/>>.

VASCONCELOS, Maria Coeli de Almeida. **Caderno de plano do 1º ano** (caderno de professor) - Ensino Normal. Distrito Federal, 1962. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/166686>>. Acesso em: 17 jun. 2017.